



APEPREV

Revista Institucional
Edição 6 - Setembro 2025



APE PREV



**Mais conteúdo
previdenciário para você!**



SUMÁRIO

PÁG. 03	AGRADECIMENTO À GESTÃO 2021-2025 DA DIRETORIA DA APEPREV
PÁG. 11	FERRAMENTAS DE APOIO PARA A COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DISPONIBILIZADAS PELA APEPREV
PÁG. 13	1º PRÊMIO GESTÃO PREVIDENCIÁRIA APEPREV
PÁG. 14	IPREMED INICIA PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COM SERVIDORES MUNICIPAIS
PÁG. 15	LAVRAS SEDIARÁ O 2º ENCONTRO PREVIDENCIÁRIO COM FOCO EM CAPACITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE GESTORES DE RPPS
PÁG. 17	A LRF E O RPPS: RESPONSABILIDADE QUE GARANTE O FUTURO THIAGO VESELY - FACULDADES ANASPS
PÁG. 18	É POSSÍVEL TRAZER TEMPO COMO DEFICIENTE DO INSS PARA O REGIME PRÓPRIO? BRUNO MARTINS
PÁG. 19	A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA NA ESTRUTURA DOS RPPS DOS MUNICÍPIOS RITIELE COELHO
PÁG. 20	O PAPEL DA ATA DE REUNIÕES NAS DECISÕES DE INVESTIMENTOS DE RPPS JOANE REDDIN
PÁG. 22	A MENSAGEM INTRÍNSECA DE BENJAMIN GRAHAM AOS RPPS BANRISUL
PÁG. 23	A RETOMADA DA INDÚSTRIA DE FUNDOS MULTIMERCADOS BRADESCO
PÁG. 24	FIPS DE VENTURE CAPITAL: EFICIÊNCIA TÉCNICA PARA DIVERSIFICAÇÃO E INOVAÇÃO QUARTZO CAPITAL
PÁG. 26	A JORNADA DE INVESTIMENTOS DO RPPS: UM GUIA ALÉM DA LEI R3 INVESTIMENTOS
PÁG. 27	MERCADO DE ATIVOS ALTERNATIVOS NO BRASIL ITAJUBÁ INVESTIMENTOS
PÁG. 28	COMO ATINGIR A META ATUARIAL COM SEGURANÇA NO CENÁRIO ATUAL? RUBIK CAPITAL
PÁG. 30	A ARQUITETURA DE UMA CARTEIRA PREVIDENCIÁRIA PERENE 4UM INVESTIMENTOS
PÁG. 31	GESTÃO DE RISCO NO RPPS: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS CRÉDITO E MERCADO
PÁG. 32	OS DESAFIOS DA META ATUARIAL E O PAPEL DOS INVESTIMENTOS NO EXTERIOR CONSTÂNCIA INVESTIMENTOS
PÁG. 34	POR QUE ESTRUTURAR UM FUNDO DE AÇÕES COM FOCO EM SUSTENTABILIDADE? SICREDI
PÁG. 35	POUPANÇA DE LONGO PRAZO COMO ALAVANCA PARA A INFRAESTRUTURA NACIONAL VINCI COMPASS
PÁG. 36	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026: PASSO A PASSO PARA TRANSFORMAR INTENÇÃO EM SEGURANÇA LEMA
PÁG. 38	A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO EQUILIBRADO E PROFISSIONAL DO RPPS GENIAL INVESTIMENTOS
PÁG. 39	O CENSO PREVIDENCIÁRIO COMO PILAR DE UMA BOA ADMINISTRAÇÃO NOS RPPS MWP GESTÃO PÚBLICA
PÁG. 40	EMENDA CONSTITUCIONAL NO. 136 (PEC66) SULPREV CONSULTORIA
PÁG. 41	PLANO DE CUSTEIO SIFERENCIADO POR CARREIRA ATHENA ATUARIAL

EXPEDIENTE

REVISTA INSTITUCIONAL APEPREV MAIS
EDIÇÃO 6 - Set/2025

Produzido por APEPREV | Distribuição Digital

Projeto gráfico e diagramação: Joane Weinert

Curadoria de imagens: Marcelo Rosa

Curadoria de conteúdo: Márcio Apolinário e Joane Weinert

Apoio Institucional: Faculdade Anasps



AGRADECIMENTO À GESTÃO 2021-2025 DA DIRETORIA DA APEPREV

Ao encerrarmos o ciclo da gestão 2021-2025 da Diretoria da Apeprev, é momento de expressar nosso profundo reconhecimento e gratidão a todos que integraram este período de trabalho e dedicação. Foram quatro anos de grandes desafios, conquistas e aprendizados que fortaleceram ainda mais a nossa Associação e reafirmaram seu papel como referência no apoio e na valorização dos Regimes Próprios de Previdência Social em nosso estado.

A cada passo, a Diretoria demonstrou compromisso com a transparência, a responsabilidade e a união, colocando sempre os interesses coletivos em primeiro lugar. A atuação firme diante das mudanças legislativas, a busca constante por qualificação, a promoção de encontros e capacitações, bem como o incentivo ao diálogo, deixaram um legado de crescimento e fortalecimento institucional que permanecerá como base para as próximas gestões.

A jornada de 2021 a 2025 ficará marcada pela resiliência diante das dificuldades, pela coragem nas tomadas de decisão e pelo espírito colaborativo que guiou cada ação. Em nome de todos que compõem a Apeprev, deixamos registrado nosso sincero reconhecimento e nossa admiração. Que a experiência vivida inspire os próximos passos da Associação e que cada um dos integrantes da gestão 2021-2025 leve consigo o orgulho de ter feito parte dessa história.



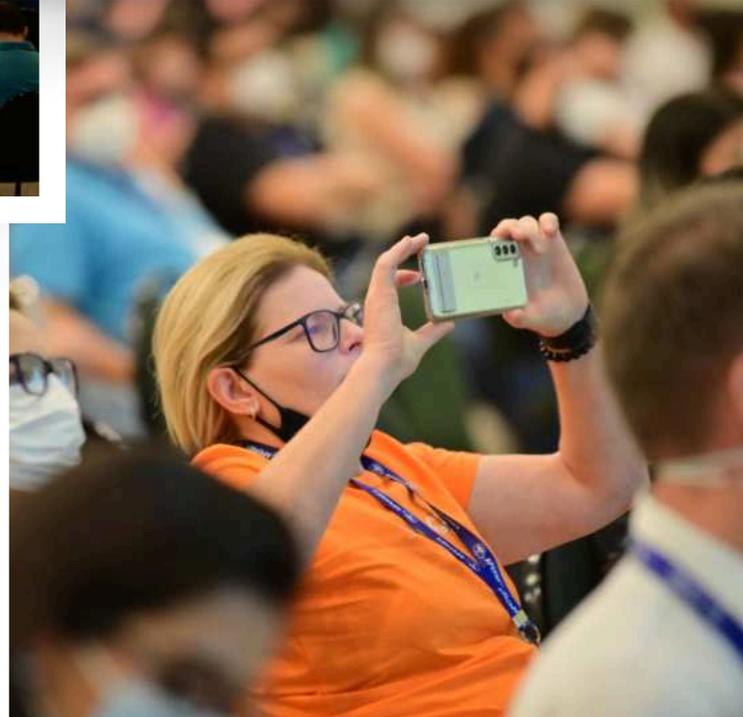


2019
MEMÓRIA APEPREV





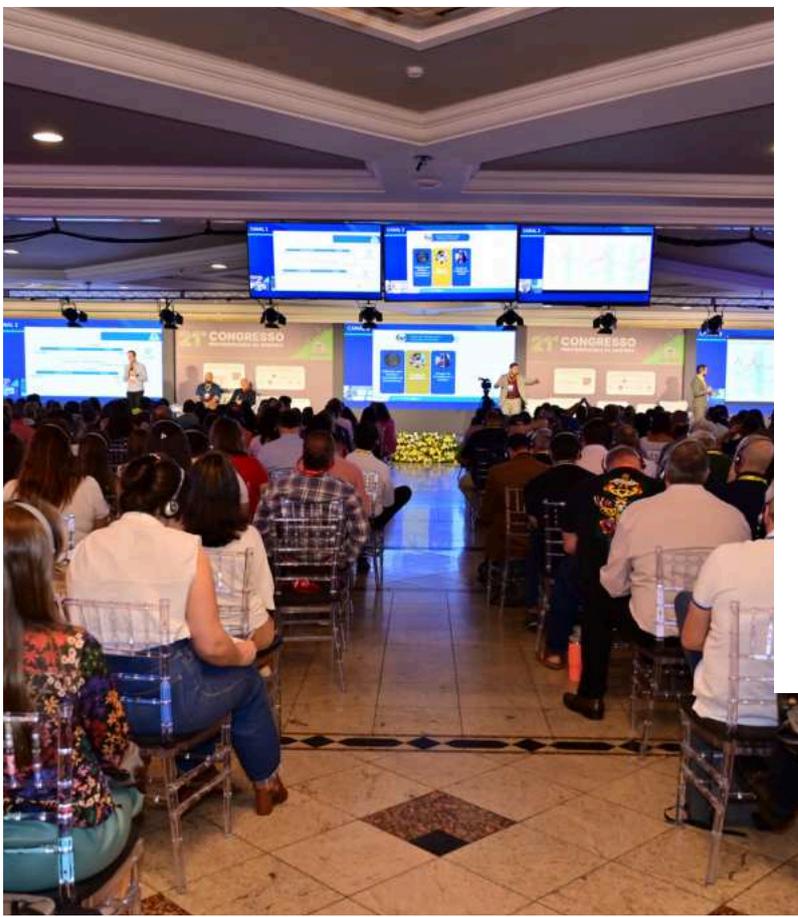
2021
MEMÓRIA APEPREV





2022
MEMÓRIA APEPREV





2023
MEMÓRIA APEPREV





2024
MEMÓRIA APEPREV





Faculdade Anasps certificadora de **RPPS**

Abrindo portas e consolidando confiança
no setor público!

Portaria SRPC/MPS nº 1.410, de 4 de julho de 2025

➤ Estamos oficialmente credenciados pelo Ministério da
Previdência Social para oferecer:

- ✦ Curso de Capacitação de Dirigentes da Unidade Gestora do RPPS. **Nível Avançado**
- ✦ Curso de Capacitação Responsável pela Gestão dos Recursos e Membros de Comitê de Investimentos de RPPS. **Nível Avançado**
- ✦ Curso de Capacitação Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal dos RPPS. **Nível Intermediário**

➤ **Aprimore** sua carreira com quem é
referência em **RPPS**.

➤ <https://certificacao.faculdadeanasps.com.br/#>

Associados
APEPREV têm
descontos
especiais, confira!





Pós-graduação em RPPS



Prepare-se com quem entende de **RPPS - Regimes Próprios!**

A **pós-graduação da Faculdade Anasps** transforma sua carreira na **Previdência Pública** com qualidade e foco no mercado.

EAD
ESTUDE DE
ONDE ESTIVER.

Diferenciais da **pós em RPPS** da Faculdade Anasps:

-  Conteúdo 100% atualizado com aulas ao vivo e online.
-  Ideal para dirigentes, assessores, analistas, auditores, técnicos e outros profissionais da área pública;
-  Professores mestres, doutores e especialistas em RPPS;
-  Suporte personalizado ao aluno.

**Associados
APEPREV têm
descontos
especiais, confira!**

Dê o próximo passo e **destaque-se na área!**

Saiba mais sobre o curso em:

www.faculdadeanasps.com.br



FERRAMENTAS DE APOIO PARA A COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DISPONIBILIZADAS PELA APEPREV

Desde a Pré-História, o ser humano utiliza ferramentas para sobreviver, criar e transformar o ambiente, começando com pedras lascadas e evoluindo para tecnologias complexas. Essa capacidade de inovar e adaptar ferramentas reflete a busca constante por eficiência e resolução de problemas. A história da humanidade é, em grande parte, a história do desenvolvimento e uso dessas ferramentas.

Em um cenário onde a compensação previdenciária exige adaptação contínua, a oferece ferramentas que acompanham o ritmo das mudanças regulatórias e tecnológicas desta atividade.

Tanto a Calculadora de Compensação Previdenciária quanto a CONECTA PREV são exemplos de como a associação transforma desafios em oportunidades, proporcionando aos RPPS municipais recursos que simplificam processos e promovem uma gestão mais eficiente e preocupada com a economia de recursos financeiros e humanos.

CONNECTA PREV

Aproveitando o lançamento em maio deste ano do Relatório de Atos Registrados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), a APEPREV lançou a CONECTA PREV, uma ferramenta que agiliza o envio de requerimentos de compensação previdenciária dos RPPS paranaenses.

A ferramenta, que funciona como um mensageiro, possibilita a integração entre as informações disponibilizadas pelo TCE-PR e o Sistema Comprev através da API (Interface de Programação de Aplicação) fornecida pela Dataprev.

O maior ganho para os regimes de previdência é na agilidade, poupando o tempo que se gasta para digitar os dados necessários a abertura de requerimentos, e na segurança da informação disponibilizada.

A imagem mostra a interface web de uma ferramenta para envio de requerimentos de compensação previdenciária. O cabeçalho é azul com o texto "Compensação Previdenciária". Abaixo, há uma seção amarela com o título "Atenção para as Normas:" e duas bulétiças: "Os requerimento serão enviados somente para RGPS." e "Para 'Data Início do Benefício' é necessário selecionar o campo nas opções abaixo." O formulário contém campos para "Token de Autenticação", "Token pessoal para autenticação na API", "Selecione a data para o 'Início do Benefício'" (com uma opção selecionada "Publicação Ato"), "Nome do Responsável", "CPF do Responsável" e "Arquivo (.xlsx ou .csv)" (com uma opção selecionada "API 79 (2).xlsx"). Um botão azul "Enviar Arquivo" está na base.

CALCULADORA

Atualmente, quando se defere um requerimento de compensação previdenciária os valores são disponibilizados para consulta somente na competência seguinte. Para facilitar a previsão financeira, orçamentária e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social, diversos modelos foram apresentados para atender a estas necessidades e a APEPREV também disponibiliza a sua ferramenta que apresenta uma usabilidade simples com a possibilidade de verificar os índices e parâmetros que estão sendo aplicados.

Basicamente o cálculo da compensação previdenciária segue o previsto no Art. 47 da PORTARIA MPS nº 1.400, de 27 de maio de 2024.

Art. 47. Após o deferimento do requerimento de compensação financeira relativo a uma aposentadoria, o sistema Comprev calcula automaticamente o valor da compensação devida, de acordo com os art. 3º, art. 4º e art. 8º-A da Lei nº 9.796, de 1999, e o art. 6º do Decreto nº 10.188, de 2019, utilizando:

I - a renda mensal inicial da compensação financeira, aferida na forma dos arts. 49 a 51;

II - o percentual correspondente ao tempo de contribuição ao regime de origem, utilizado na concessão do benefício na forma da contagem recíproca, no tempo total de contribuição do segurado no regime instituidor, nos termos do inciso XIX do art. 4º, sendo ambos calculados em dias; e

III - o valor do pro rata inicial da compensação financeira, obtido pela multiplicação do percentual de participação de que trata o inciso II pelo valor da renda mensal inicial do requerimento de compensação financeira de que trata o inciso I.

Inovações como estas representam um avanço essencial na gestão previdenciária, aliviando o fardo diário de gestores e profissionais sobrecarregados por demandas regulatórias e operacionais constantes. Ao automatizar processos, integrar dados de forma segura e fornecer previsões financeiras precisas, essas ferramentas não apenas otimizam o tempo e os recursos, mas também empoderam os RPPS municipais a focar no que realmente importa: uma administração sustentável e eficiente que beneficia servidores e contribuintes.

Ferramenta Conecta Prev
Início / Ferramenta Conecta Prev

Calculadora de Compensação Previdenciária

Atenção: Para fins de cálculo será considerado somente datas (DIB) a partir de 07/1994 (plano real)

Data de Início do Benefício (DIB):

Data de Cessação:

Tempo de Contribuição RO (dias):

Tempo Total de Contribuição (dias):

Valor do Benefício (R\$):

CPF:

Matrícula:

CPF Matrícula DIB Percentual (%) ProRata Atualizado (PRA) Fluxo Acumulado Observação

1º PRÊMIO GESTÃO PREVIDENCIÁRIA APEPREV

A Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios – APEPREV é uma entidade representativa que congrega os regimes próprios de previdência do Paraná, promovendo o fortalecimento institucional, a defesa de interesses, a qualificação técnica de gestores e conselheiros, além de fomentar o intercâmbio de experiências e boas práticas de gestão. Ao longo dos anos, a APEPREV consolidou-se como referência na promoção de iniciativas que elevam o padrão de governança previdenciária, beneficiando milhares de servidores públicos estaduais e municipais.

O Prêmio Gestão Previdenciária APEPREV foi criado com o objetivo de reconhecer e difundir programas, projetos e ações inovadoras que contribuam para a modernização do sistema previdenciário próprio dos entes federativos do Paraná. A premiação dividida em diferentes categorias, contemplando municípios de diferentes portes e faixas de segurados, para promover uma competição justa e estimular o protagonismo local.

A busca pela excelência na gestão dos regimes próprios de previdência social (RPPS) é uma tarefa constante, especialmente diante dos desafios impostos pelo cenário econômico nacional e pelas mudanças na legislação previdenciária. Neste contexto, o reconhecimento público de boas práticas e resultados torna-se instrumento fundamental para valorizar iniciativas inovadoras e incentivar a melhoria contínua da sustentabilidade, a transparência e a eficiência na administração dos recursos previdenciários afim de garantir benefícios previdenciários aos segurados vinculados aos RPPS.

A escolha dos vencedores foi pautada em critérios técnicos, que envolvem análise da sustentabilidade financeira e atuarial, práticas de governança corporativa, transparência nas ações, investimento em capacitação de recursos humanos, comunicação com o público segurado, uso de tecnologias inovadoras e impacto social das iniciativas.

Os prêmios concedidos pela APEPREV aos RPPS são resultado de um trabalho coletivo, pautado pela responsabilidade, transparência e inovação.

Representa não apenas um reconhecimento, mas um compromisso renovado com o futuro da previdência pública municipal, demonstrando que é possível aliar eficiência administrativa, participação social e segurança para os servidores e suas famílias.

Importante destacar que os RPPS participantes possuem Certificação Pró-Gestão RPPS - programa de certificação institucional do Ministério da Previdência Social que incentiva os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) a adotarem boas práticas de gestão, aumentando a eficiência, a transparência e a sustentabilidade dos regimes, que visa melhorar a governança corporativa, o controle interno e a educação previdenciária.

Por fim, ao incentivar a participação no programa Pró-Gestão RPPS e promover a cultura da excelência, a APEPREV reafirma seu papel como agente de transformação e guardião de uma previdência pública sólida, transparente e sustentável.



IPREMED INICIA PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COM SERVIDORES MUNICIPAIS

No dia 05 de agosto, o IPREMED deu início ao seu Programa de Educação Previdenciária, reunindo servidores de diversas Secretarias Municipais no primeiro encontro da iniciativa. O objetivo é promover o conhecimento sobre o funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e o papel do IPREMED na garantia dos direitos previdenciários dos servidores públicos.

Durante o encontro, foram abordados os seguintes temas:

- Conceitos básicos de previdência;
- Noções sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);
- Estrutura e finalidade do IPREMED;
- Órgãos responsáveis pela administração do Instituto;
- Direitos e deveres dos segurados;
- Percentuais de contribuição do servidor e do ente federativo;
- Benefícios previdenciários oferecidos pelo IPREMED;
- Simulações de aposentadorias;
- Conceitos de cálculo atuarial, sustentabilidade dos benefícios e impactos nas finanças municipais.

A diretora presidente do IPREMED, Marta Fracaro, destacou a importância do programa e avaliou a primeira edição como muito positiva, destacando o interesse e a boa receptividade por parte dos servidores.



Alguns registros com a Diretoria do IPREMED e participantes do Programa de Educação Previdenciária

LAVRAS SEDIARÁ O 2º ENCONTRO PREVIDENCIÁRIO COM FOCO EM CAPACITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE GESTORES DE RPPS

Nos dias 12, 13 e 14 de novembro, a cidade de Lavras será palco do 2º Encontro Previdenciário, organizado pelo LAVRASPREV (MG), surge da necessidade de ampliar a integração entre as autarquias, valorizando cursos regionais e incentivando o diálogo entre especialistas e profissionais da área.

O encontro tem como objetivo principal proporcionar atualização e aprimoramento técnico para aqueles que lidam diariamente com a gestão previdenciária, um setor cada vez mais desafiador diante das mudanças legislativas e da busca por sustentabilidade dos regimes próprios.

De acordo com o diretor do LAVRASPREV, Luciano Pereira, o evento representa uma oportunidade única de troca de experiências e fortalecimento das práticas de gestão: "Queremos criar um espaço de aprendizado e cooperação, no qual os participantes possam não apenas absorver conhecimento, mas também contribuir com suas vivências", afirmou.

A programação, que vem sendo trabalhada em conjunto, com Júnior Donizete, Diretor do RPPS de Brazópolis, membro da Diretoria e representante na região do Sul de MG da AMIPREM, contará com palestras, painéis de debate e oficinas práticas conduzidas por especialistas que já marcaram presença em outros cursos pelo país e agora retornam a Lavras. com contribuições sobre governança, legislação, investimentos e boas práticas administrativas nos RPPS.

Segundo o Diretor do LAVRASPREV, o 2º Encontro Previdenciário de Lavras se diferencia por estimular a proximidade entre gestores e servidores, fortalecendo a rede de colaboração entre os diversos institutos de previdência municipais e estaduais. A proposta é que, ao final do evento, os participantes saiam não apenas com novos conhecimentos técnicos, mas também com vínculos fortalecidos para enfrentar os desafios comuns do setor.

Além do conteúdo programático, Lavras como sede do evento também merece destaque, oferecendo a infraestrutura necessária para receber representantes de diferentes regiões do Brasil, reforçando seu papel como espaço de integração e desenvolvimento.

Com expectativa de reunir dezenas de gestores e servidores, o encontro promete consolidar-se como referência nacional em capacitação previdenciária, contribuindo diretamente para a valorização e profissionalização dos RPPS em todo o território brasileiro.



Registros dos palestrantes e participantes das outras edições do evento.



23º CONGRESSO
PREVIDENCIÁRIO
DA APEPREV





A LRF E O RPPS: RESPONSABILIDADE QUE GARANTE O FUTURO

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é, para o Regime Próprio de Previdência Social, o que um manual de bordo é para um piloto: um conjunto de regras que garante que a viagem — no caso, a gestão previdenciária — chegue ao destino com segurança. Ela estabelece limites, metas e mecanismos de controle que evitam que o gestor comprometa o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

No dia a dia, isso significa que decisões aparentemente simples, como antecipar um pagamento ou adiar uma contribuição patronal, precisam ser avaliadas à luz da LRF. Um exemplo prático: se um município decide usar recursos do RPPS para cobrir despesas de custeio da prefeitura, além de infringir a lei, compromete a capacidade futura de pagar aposentadorias. É como usar o dinheiro da reforma da casa para fazer uma viagem: o prazer é imediato, mas o problema chega depois — e com juros.

Outro caso comum é a gestão dos investimentos. A LRF exige que eles sejam feitos com segurança, rentabilidade e liquidez, respeitando as diretrizes do Conselho Monetário Nacional. Aplicar recursos do RPPS sem observar esses critérios é como apostar a aposentadoria dos servidores em um jogo de azar: pode até dar certo uma vez, mas o risco é inaceitável.

Como costumo dizer em minhas obras: “A responsabilidade fiscal não é um obstáculo à gestão, mas o trilho que mantém o trem no caminho certo. Sem trilho, até a locomotiva mais potente descarrila.” Essa visão é fundamental para que dirigentes, conselheiros e membros de Comitês de Investimentos compreendam que a LRF não é apenas uma obrigação legal, mas uma aliada estratégica.

E aqui entra um ponto decisivo: a certificação profissional. O Ministério da Previdência exige que esses agentes sejam certificados, garantindo que tenham conhecimento técnico para tomar decisões alinhadas à legislação e às boas práticas de governança.

A Faculdade Anasps, recém credenciada como certificadora oficial dos RPPS, oferece uma metodologia inovadora, com aulas ao vivo, materiais próprios e suporte personalizado, tornando-se hoje a melhor opção do mercado para quem busca não apenas cumprir a exigência legal, mas se preparar para uma gestão de excelência.

Com as matrículas abertas, é a oportunidade de transformar a obrigação em diferencial competitivo. Afinal, um RPPS bem gerido não é apenas um cumprimento de lei — é a garantia de que o servidor público terá, no futuro, o benefício que conquistou com seu trabalho.

Faculdade Anasps
certificadora de **RPPS**
Abrindo portas e consolidando confiança
no setor público!





Bruno Sá Freire Martins
Consultor Jurídico Especialista em RPPS

É POSSÍVEL TRAZER TEMPO COMO DEFICIENTE DO INSS PARA O REGIME PRÓPRIO?

Inúmeros servidores públicos segurados junto a Regimes Próprios possuem tempo de contribuição junto ao INSS e também são pessoas com deficiência seja pelo fato de estarem nessa condição desde o nascimento seja pelo surgimento da mesma antes ou durante a sua vida.

E trabalharam na iniciativa privada nessa condição, ou seja, foram segurados do Regime Geral como pessoas com deficiência.

Após o advento da Emenda Constitucional n.º 103/19 a União adotou as regras estabelecidas na Lei Complementar federal n.º 142/13 como reguladora do benefício de aposentadoria de seus servidores com deficiência.

Em âmbito estadual e municipal a matéria ficou a cargo de cada Ente Federado sendo que aqueles onde houve reforma previdenciária também se adotou o mesmo regramento federal e onde esta não ocorreu a aplicação da norma se dá por força de decisão judicial.

E a Lei Complementar em questão autoriza o cômputo de tempo de contribuição de qualquer regime previdenciário tanto para efeitos de requisito quanto para o cumprimento da carência.

Razão pela qual é perfeitamente possível ao servidor público promover a averbação de tempo de contribuição como pessoa com deficiência do INSS junto ao seu Regime Próprio.

Sendo que para tanto deverá apresentar a respectiva Certidão de Tempo de Contribuição cuja emissão é obrigatória nos termos estabelecidos pelo artigo 516 da Instrução Normativa n.º 128/22 da própria Autarquia, cuja redação é a seguinte:

Art. 516. Quando for solicitada CTC por requerente com deficiência, ele será submetido à avaliação médica e social para fins da avaliação da deficiência e seu grau.

Parágrafo único. A CTC deverá conter a indicação dos períodos de tempo de contribuição ao RGPS na condição de segurado com deficiência e os respectivos graus, não sendo admitida a conversão do tempo de contribuição exercido pelo segurado com deficiência em tempo de contribuição comum.

Não havendo dúvidas, portanto, quanto à possibilidade de averbação de tempo de contribuição na condição de pessoa com deficiência do INSS junto ao Regime Próprio onde irá se aposentar.





A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA NA ESTRUTURA DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS

A gestão pública, ao longo dos anos, tem enfrentado desafios crescentes para garantir a sustentabilidade financeira e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), especialmente em âmbito municipal. Nesse contexto, a Controladoria assume um papel estratégico e indispensável na estrutura dos RPPS, atuando como um órgão de apoio à boa governança, à transparência, à integridade e ao controle interno.

Sendo os RPPS, sistemas previdenciários criados pelos entes federativos para garantir aos seus servidores efetivos aposentadoria e pensões. Por envolver recursos vultosos e de longo prazo, esses regimes exigem uma gestão responsável e eficiente. E é nesse cenário que a Controladoria se insere como agente de fiscalização preventiva e orientadora das boas práticas administrativas.

A principal função da Controladoria é assegurar que os atos de gestão estejam em conformidade com os princípios constitucionais da administração pública. Em especial a legalidade, moralidade, eficiência e transparência. No caso dos RPPS, isso se traduz na verificação da correta aplicação dos recursos previdenciários, na análise dos demonstrativos contábeis e atuariais, no acompanhamento da arrecadação das contribuições e na fiscalização dos repasses patronais e da compensação previdenciária (COMPREV).

Além disso, a Controladoria exerce papel relevante e fundamental no fortalecimento dos controles internos. Em que através da elaboração e implementação de manuais, normativos e rotinas de fiscalização, o órgão contribui para mitigar riscos de desvios, fraudes e má gestão. A adoção de controles eficazes também favorece o cumprimento das exigências legais impostas pelos órgãos de controle externo, como os Tribunais de Contas e a Secretaria de Previdência.

Outro aspecto essencial da atuação da Controladoria é a promoção da transparência e do acesso à informação. A publicação regular dos dados financeiros, relatórios de auditoria e estudos atuariais permitem maior controle social e fortalece a credibilidade aos RPPS. Essa prática, além de atender às exigências da Lei de Acesso à Informação e da Lei de Responsabilidade Fiscal, amplia a confiança dos servidores ativos, aposentados, pensionistas e sociedade em geral quanto a gestão dos recursos.

A Controladoria também atua de forma propositiva, sugerindo melhorias nos processos administrativos e operacionais, com foco na sustentabilidade do RPPS. Por meio de auditorias e avaliações periódicas, é possível identificar gargalos, desperdícios e ineficiências, oferecendo subsídios para a tomada de decisões pelos gestores do RPPS e do ente federativo.

Portanto, a atuação da Controladoria não se restringe ao papel fiscalizador, mas expande-se para uma função estratégica de assessoramento e promoção da governança. Sua presença efetiva e técnica, contribui para garantir que o RPPS cumpra sua finalidade: assegurar os direitos previdenciários dos servidores de forma segura, eficiente e transparente.

Diante disso, é fundamental que os municípios invistam no fortalecimento das suas controladorias, promovendo capacitação técnica, autonomia funcional e integração com os demais setores envolvidos na gestão do RPPS. Somente com uma Controladoria atuante será possível garantir a perenidade e o equilíbrio dos regimes previdenciários próprios no contexto municipal.



O PAPEL DA ATA DE REUNIÕES NAS DECISÕES DE INVESTIMENTOS DE RPPS

Os Regimes Próprios de Previdência Social desempenham papel essencial na garantia de benefícios previdenciários aos servidores públicos. Para assegurar a sustentabilidade financeira e atuarial desses regimes, é fundamental que a gestão dos investimentos seja realizada de forma eficiente, segura e em conformidade com a legislação vigente. Nesse contexto, a governança se destaca como pilar central, e um dos instrumentos mais relevantes para assegurar a transparência e a legalidade das decisões é a ata de reuniões.

A ata, embora muitas vezes vista apenas como um registro formal, é um documento estratégico que garante a rastreabilidade das deliberações, protege os gestores e confere maior credibilidade ao RPPS perante órgãos de controle e a sociedade. Neste documento encontramos: Registros de forma fidedigna das decisões; Comprovação do cumprimento das normas legais e regulatórias; Garantia da transparência e publicidade, permitindo que qualquer interessado acompanhe as deliberações; Resguarda os responsáveis pelas decisões, uma vez que documenta a motivação e as justificativas, reduzindo riscos de responsabilização indevida.

Os RPPS estão sujeitos a auditorias periódicas, que verificam a conformidade da gestão com as normas legais e as boas práticas de governança. Durante esses processos, as atas são documentos frequentemente solicitados, pois permitem avaliar se as decisões foram tomadas de forma colegiada, transparente e fundamentada.

A inexistência ou deficiência de atas pode resultar em apontamentos, recomendações e até responsabilização de gestores. Em contrapartida, atas bem elaboradas reforçam a imagem institucional do RPPS e evidenciam o cumprimento dos princípios administrativos.

A ata de reuniões é muito mais do que um documento burocrático: trata-se de um instrumento estratégico de gestão, controle e transparência no âmbito dos RPPS. Ela garante que as decisões de investimento sejam registradas de maneira clara, que possam ser auditadas e que assegurem a proteção dos recursos previdenciários.

As decisões de investimento do RPPS não podem ser tomadas de forma arbitrária. Elas devem ser baseadas em análises técnicas, estudos de mercado, pareceres e na política de investimentos aprovada. Esse registro detalhado é essencial, pois possibilita demonstrar que cada decisão foi tomada de forma fundamentada, protegendo os envolvidos de eventuais questionamentos legais ou administrativos.

Diante disso, a ata de reuniões desempenha papel estratégico na gestão dos investimentos dos RPPS, sendo um instrumento que vai além do cumprimento formal de exigências legais. Trata-se de uma ferramenta que promove governança, segurança jurídica e transparência, ao mesmo tempo em que fortalece a credibilidade da instituição perante órgãos de controle e beneficiários.

Recomenda-se que os gestores e conselhos dos RPPS invistam na elaboração de atas completas e bem estruturadas, adotando modelos que atendam às exigências legais e às boas práticas administrativas. Essa medida contribui não apenas para o atendimento das auditorias, mas principalmente para a sustentabilidade e eficiência do regime previdenciário.

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Master



Diamante



Platinum



Ouro



Apoio Institucional



A MENSAGEM INTRÍNSECA DE BENJAMIN GRAHAM AOS RPPS

Por Daniel Bozz e Fábio Gonçalves

Em tempos de crise e de muitas dúvidas sobre os rumos da economia, dois elementos se destacam: a volatilidade nos mercados e a busca por segurança. Para os gestores de RPPS, torna-se ainda mais relevante separar o som do ruído, uma vez que a essas pessoas foi confiada a missão de preservar o patrimônio coletivo e garantir a sustentabilidade dos regimes previdenciários — o que exige uma abordagem estratégica. É nesse contexto que os ensinamentos de Benjamin Graham, o pai do investimento em valor, voltam à tona.

Graham foi um economista e investidor que revolucionou o mercado financeiro com sua filosofia de investimento baseada em análise fundamentalista, margem de segurança e disciplina. Seu livro *O Investidor Inteligente* é, até hoje, uma referência para quem busca investir com responsabilidade. Ele defendia que todo investimento deve ser justificado por uma margem de segurança.

Para o público RPPS, isso significa evitar a exposição a ativos supervalorizados, priorizando aqueles que apresentam fundamentos sólidos — em consonância com a meta do instituto. Do lado de cá do balcão, esse pensamento crítico faz parte de nossa rotina, mas ao fim e ao cabo, é o investidor quem deve tomar decisões com base em dados empíricos e perspectivas consistentes, sem agir por impulsos.

Não menos importante, Graham nos ensinou que um bom investidor precisa ser paciente e disciplinado. Nessas condições, os últimos meses revelaram-se um duro teste.

Enquanto experimentamos o maior nível da taxa Selic dos últimos 20 anos (15% ao ano), a conjuntura econômica poderia soar como um convite para uma mudança abrupta de posição, na esperança de antecipar um rearranjo no cenário. O protagonista ensina que o mercado é volátil, mas que o investidor disciplinado e paciente tende a sagrar-se vitorioso.

Para os RPPS, isso se traduz em manter a estratégia mesmo diante dos ruídos do mercado.

A história mostra que os momentos de maior incerteza podem oferecer as melhores oportunidades — para aqueles que evitam potenciais armadilhas — desde que se tenha uma estratégia bem definida. As recentes crises são exemplos que deixaram o legado de que investir com segurança não significa renunciar à rentabilidade, mas sim buscar equilíbrio entre risco e retorno.

Os RPPS, como investidores institucionais, têm a oportunidade de aplicar os ensinamentos de Benjamin Graham para construir portfólios resilientes, sustentáveis e alinhados aos seus objetivos de longo prazo.

Afinal de contas: “O pior inimigo de um investidor é ele mesmo, não o mercado.”



A RETOMADA DA INDÚSTRIA DE FUNDOS MULTIMERCADOS

Por Caldart Zordan

Os fundos multimercados começam, aos poucos, a reconquistar espaço. Após um longo período de baixa disposição dos investidores ao risco, reflexo das experiências desafiadoras nos últimos anos, mercados por um mercado monotemático, observa-se uma mudança gradual de cenário.

Entre 2018 e 2021, vivemos um ambiente de juros baixos que estimulou o apetite ao risco. Nesse contexto, a diversificação das carteiras dos RPPS tornou-se um fator decisivo para o cumprimento das metas atuariais. Com taxas reais reduzidas e a Selic em patamares mínimos, os gestores foram pressionados a buscar alternativas capazes de gerar alpha para seus portfólios.

Foi nesse ambiente que a indústria de fundos multimercados ganhou profundidade, tanto em número de estratégias quanto na quantidade de gestoras. Segundo dados da ANBIMA, no auge da busca por diversificação, o IHFA chegou a contar com mais de 100 gestoras, cerca de 330 fundos e um patrimônio estimado em quase R\$ 200 bilhões. Esses números evidenciam o crescimento da classe e a maior predisposição ao risco por parte dos investidores.

No entanto, essa trajetória foi interrompida por um ciclo prolongado de juros elevados, tanto nominais quanto reais. Esse novo cenário reduziu a necessidade de diversificação, favorecendo a alocação em títulos públicos atrelados a inflação (como NTN-Bs) e estratégias de crédito privado atreladas ao CDI.

Como consequência, houve uma drenagem significativa de recursos da indústria de fundos multimercados e de renda variável.

O IHFA, por exemplo, viu seu patrimônio líquido cair pela metade, para cerca de R\$ 100 bilhões. O número de gestoras também diminuiu, ficando em pouco mais de 80 casas, distribuídas em aproximadamente 275 fundos.

Esse movimento foi acompanhado por fusões entre gestoras, que buscaram unir forças para preservar a pluralidade da classe.

Com a evolução do mercado, os fundos multimercados voltam a ganhar espaço, agora em teses mais específicas. Eles passam a compor os portfólios de alocadores, inclusive dos RPPS, por meio de estratégias quantitativas, de valor relativo e até mesmo com acesso ao mercado internacional.

Mais do que uma retomada, esse movimento representa uma redefinição do papel dos fundos multimercados. Em um ambiente que exige inteligência, flexibilidade e visão de longo prazo, essa classe volta a ocupar espaço estratégico na construção de portfólios robustos e diversificados.



FIPS DE VENTURE CAPITAL: EFICIÊNCIA TÉCNICA PARA DIVERSIFICAÇÃO E INOVAÇÃO

Por Marina Leite

Investir é, em essência, uma decisão sobre futuro e, em tempos de crise, essa verdade se intensifica. Enquanto o cenário macro desacelera, o empreendedorismo frequentemente segue por uma avenida paralela, descolado dos ruídos econômicos e, é justamente aí que surgem as melhores oportunidades. Estudos mostram que empresas como Amazon e Salesforce floresceram em períodos de retração, provando que inovação se fortalece quando a disciplina e a criatividade são exigidas ao limite.

Nesse contexto, os Fundos de Investimento em Participações (FIPs) se consolidaram como o principal instrumento para acessar empresas privadas de alto potencial. Eles oferecem diversificação de portfólio, gestão ativa e governança robusta, elementos que transformam capital de risco em capital estruturado.

A Resolução CVM 175 (Anexo V) reforçou a atratividade dessa estrutura: padronizou regras, detalhou o conceito de responsabilidade limitada para cotistas, elevou os padrões de compliance e trouxe maior previsibilidade regulatória. Para investidores institucionais, como fundos de pensão e RPPS, esse marco representa maior segurança jurídica, transparência e rastreabilidade das decisões.

Além da regulação, há o impacto econômico mensurável. Estimativas do BNDES indicam que cada um milhão de reais investido em empresas produtivas pode gerar em média dez empregos diretos e indiretos. No caso das startups de tecnologia, esse efeito é ainda mais relevante: fomenta empregos qualificados, ativa cadeias de fornecedores e impulsiona a competitividade do país.

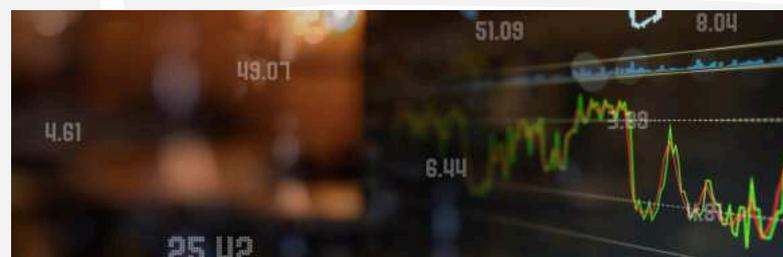
É preciso, contudo, reconhecer as particularidades do Venture Capital. Os aportes são chamados ao longo do tempo (capital calls), os ciclos de liquidez variam entre 7 e 12 anos, e parte dos investimentos não alcançará sucesso.

Ainda assim, a assimetria positiva sustenta o racional: poucos acertos compensam amplamente os insucessos, viabilizando retornos competitivos em horizontes de longo prazo.

Para fundos de pensão e RPPS, este é o momento de retomar protagonismo como investidores institucionais em inovação. A combinação de regulação mais sólida, estruturas de governança maduras e um pipeline consistente de startups tecnológicas cria condições objetivas para alocação de capital com segurança jurídica, rastreabilidade e potencial de retorno competitivo.

O Venture Capital, via FIPs, deve ser entendido como parte essencial da política de diversificação de longo prazo: ativo de baixa correlação, capaz de proteger portfólios em ciclos adversos e, ao mesmo tempo, capturar assimetrias de valor em setores estratégicos.

Recolocar os FIPs no centro da estratégia de investimento institucional não é apenas oportuno, é uma medida técnica para garantir sustentabilidade atuarial e modernização das carteiras.





23º CONGRESSO PREVIDENCIÁRIO DA APEPREV



A JORNADA DE INVESTIMENTOS DO RPPS: UM GUIA ALÉM DA LEI

A gestão de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é uma das missões mais nobres e complexas do serviço público. A cada decisão de investimento, a segurança financeira de milhares de servidores é colocada em jogo. Mais do que apenas seguir a legislação, a chave para o sucesso duradouro reside na construção de um processo de investimentos robusto, transparente e proativo.

A legislação brasileira, como a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Lei nº 13.846/2019, estabelece os pilares fundamentais, como a necessidade de uma política de investimentos clara, a segregação de responsabilidades e a qualificação dos gestores.

No entanto, um guia de excelência vai além, transformando a teoria em um manual prático de operação.

Nosso processo de escolha de portfólio começa com a definição de uma Política de Investimentos que não apenas atenda à lei, mas incorpore um Plano de Contingência detalhado. Este plano é um “decida antes de decidir”, preparando o RPPS para cenários adversos, como uma queda brusca no mercado de ações ou a volatilidade de títulos públicos.

Todo plano conta com gatilhos claros, ações predefinidas e condição para realização. Assim, a gestão reage com agilidade e estratégia, evitando decisões equivocadas pelo calor do momento.

Em seguida, o Credenciamento de parceiros é elevado a um novo patamar. Além da lista exaustiva de instituições qualificadas pela Secretaria de Previdência, uma due diligence adicional é essencial. Analisamos o histórico de performance, a estabilidade da equipe e a concentração de patrimônio para selecionar apenas parceiros de excelência.

A Análise de Ativos vai a fundo, usando indicadores como o Índice Sharpe para medir o retorno ajustado ao risco.

Por exemplo, um fundo com um retorno de 20% e risco de 2% (Sharpe de 5) é mais eficiente que um com 25% de retorno e risco de 5% (Sharpe de 3) para o mesmo retorno do benchmark (CDI no exemplo), pois entrega mais retorno por unidade de risco.

A etapa de Alocação é onde a mágica acontece. Inspirado na teoria de Markowitz, buscamos orientar os RPPS a investirem em fundos com boa performance, boa relação risco-retorno e a maior desconexão possível. Isso significa montar um portfólio que minimize o risco para o nível de retorno esperado, com diversificação inteligente e posicionamento tático para capturar as melhores oportunidades do mercado.

Em última análise, uma gestão de sucesso é um ato contínuo de vigilância e adaptação. É a busca constante por um portfólio equilibrado que garanta a segurança e o crescimento do patrimônio previdenciário.

A decisão de investir em um fundo com rentabilidade inferior ao seu benchmark não deve ser considerada. Embora a rentabilidade passada não seja garantia de rentabilidade futura, ela demonstra a capacidade do gestor de entregar resultados em circunstâncias semelhantes às de seus pares.

MERCADO DE ATIVOS ALTERNATIVOS NO BRASIL

Por Humberto Gallucci

O mercado de ativos privados no Brasil evoluiu na última década com o aumento no número de gestoras, na variedade de estratégias e na disponibilidade de capital para investimento. A combinação de ativos alternativos às classes tradicionais pode potencializar o retorno ajustado ao risco da carteira. Além disso, essa diversificação oferece aos investidores acesso a setores emergentes e a nichos de mercado que não estão disponíveis na bolsa de valores.

A principal transformação do mercado brasileiro é o aumento da diversidade de teses de investimento alternativos. O capital disponível para investimentos em alternativos somava R\$ 20 bilhões em 2012, dos quais 79% estavam concentrados em private equity, distribuídos entre 54 gestoras. Nos últimos anos, o crescimento da indústria partiu dos fundos de venture capital e de situações especiais, que investem em crédito estruturado, precatórios, dívidas inadimplidas e outras operações complexas.

Atualmente, o mercado possui R\$ 56 bilhões em capital disponível: 31% em private equity com 30 gestoras, 26% em venture capital com mais de 100 gestoras e 24% em situações especiais com mais de 90 gestoras. O restante está pulverizado em estratégias de nicho.

A diversidade de oportunidades em investimentos alternativos, somada à evolução do mercado e ao horizonte de longo prazo dos regimes próprios, oferece o ambiente ideal para estruturar um programa de investimentos nessa classe de ativos.

Ao distribuir aportes em diferentes teses e em distintos anos, forma-se uma carteira diversificada não apenas por estratégia, mas também por geração de fundos, o que contribui para a diminuição de riscos.

Esse desenho permite que o programa evolua para a autossustentabilidade, onde os recursos provenientes dos desinvestimentos de fundos mais maduros passam a financiar os aportes em novos fundos.

Estabelece-se um ciclo virtuoso de reinvestimento, que perpetua a exposição à classe de ativos e potencializa o retorno que os investimentos privados podem oferecer, alinhado com a visão de longo prazo exigida pelos regimes próprios.

O mercado de investimentos em ativos alternativos no Brasil evoluiu e é complementar ao mercado público tradicional. A crescente diversidade de teses de investimento e a presença de gestoras especializadas demonstram a sofisticação e maturidade da indústria.

Além disso, a existência de setores e estratégias diferenciadas, combinadas com desinvestimentos consistentes e retornos com menor volatilidade são evidências dessa evolução.

Essas características proporcionam aos investidores uma gama mais ampla de opções de investimento, permitindo uma maior diversificação e potencialmente reduzindo os riscos dos investimentos tradicionais.

COMO ATINGIR A META ATUARIAL COM SEGURANÇA NO CENÁRIO ATUAL?

A meta atuarial é o norte da gestão financeira dos RPPS. Ela representa a rentabilidade mínima necessária para que o patrimônio acumulado seja suficiente para pagar, no futuro, os benefícios previdenciários dos servidores e seus dependentes. Em linhas simples, combina uma taxa de juros real com a inflação, traduzindo o equilíbrio entre crescimento dos investimentos e preservação do poder de compra.

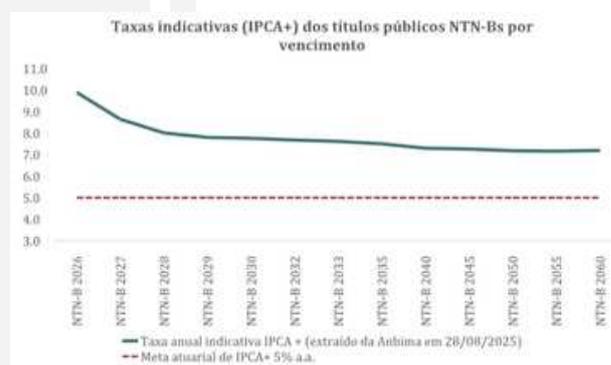
Mais do que um índice, é um compromisso de longo prazo: não atingi-la pode significar desequilíbrio atuarial e necessidade de aportes adicionais do ente público.

Esse parâmetro é definido conforme diretrizes da Portaria MTP nº 1.467/2022, levando em conta fatores como a duração do passivo, a situação financeira do instituto (superávit ou déficit) e o fluxo de contribuições futuras. Na prática, a maioria dos RPPS trabalha com metas em torno de IPCA + 4 % a 5 % ao ano, valor que se mostra compatível com a sustentabilidade de longo prazo do sistema.

Mas não basta buscar apenas rentabilidade. É igualmente essencial que o instituto garanta liquidez para cumprir, mês a mês, o pagamento das aposentadorias e pensões. Em outras palavras, a gestão deve equilibrar retornos de longo prazo com recursos disponíveis no curto prazo, evitando qualquer risco para o fluxo de caixa.

No cenário atual de juros elevados, os títulos públicos indexados à inflação — as NTN-Bs, ou Tesouro IPCA+ com juros semestrais — oferecem uma oportunidade especialmente favorável para os RPPS. As taxas praticadas hoje permitem que os institutos travem, por vários anos, uma rentabilidade compatível com sua meta atuarial, aliando proteção contra a inflação e previsibilidade de retorno real. Como esses papéis pagam cupons semestrais e corrigem o principal pelo IPCA, cabe ao gestor alinhar os

recebimentos periódicos com as saídas previstas para o pagamento de benefícios, garantindo segurança no curto prazo e estabilidade no longo prazo. Assim, unir previsibilidade, liquidez e diversificação é o caminho para que os RPPS não apenas atinjam sua meta atuarial, mas também construam uma gestão sólida, capaz de sustentar a confiança dos servidores e a saúde financeira do instituto.



Uma vez assegurada essa base, o patrimônio excedente pode ser alocado em outras classes de ativos, como fundos multimercados e de ações. Embora mais voláteis, esses investimentos podem suavizar oscilações de mercado na carteira consolidada e gerar ganhos de capital no longo prazo, fortalecendo ainda mais a posição financeira do regime.

Assim, unir previsibilidade, liquidez e diversificação é o caminho para que os RPPS não apenas atinjam sua meta atuarial, mas também construam uma gestão sólida, capaz de sustentar a confiança dos servidores e a saúde financeira do instituto.

EU VIM, POR ISSO O CONGRESSO É UM SUCESSO.



23º CONGRESSO PREVIDENCIÁRIO DA APEPREV



A ARQUITETURA DE UMA CARTEIRA PREVIDENCIÁRIA PERENE

A gestão de um Regime Próprio de Previdência Social assemelha-se à construção de uma catedral: exige fundação sólida, estrutura resiliente e uma visão que transcenda gerações. O objetivo não é a busca por retornos máximos, mas a construção de um portfólio com probabilidade máxima de sobrevivência, capaz de honrar seu passivo atuarial em perpetuidade. Essa distinção é a pedra angular de uma gestão fiduciária. Temos que desenvolver a cultura previdenciária de longo prazo.

O primeiro pilar dessa arquitetura é a assimetria de retornos. Uma carteira previdenciária não pode se dar ao luxo de perdas permanentes de capital. A prioridade deve ser a busca por investimentos que ofereçam um potencial de ganho substancialmente maior que seu risco de perda.

Isso é alcançado através de uma análise fundamentalista obsessiva, que identifica ativos com fortes barreiras de entrada e poder de precificação, negociados com uma margem de segurança significativa. A verdadeira gestão de risco está na profundidade da análise, não na diversificação excessiva. Não devemos confundir diversificação com pulverização.

O segundo pilar é a geração de caixa como motor de resiliência. Para um RPPS, o fluxo de caixa gerado pelos investimentos não é um bônus, mas o oxigênio do sistema. Estratégias focadas em dividendos, provenientes de empresas maduras e com governança exemplar, criam um fluxo de receita previsível.

Esse “yield” da carteira atua como um estabilizador, provendo liquidez para o pagamento de benefícios sem a necessidade de vender ativos em momentos de estresse de mercado - o erro mais destrutivo para o patrimônio de longo prazo.

Finalmente, o terceiro pilar é a seleção de parceiros como extensão da governança. A escolha de um gestor de recursos não se baseia em quem entregou o maior retorno no último ano, mas em quem possui a estrutura e a mentalidade para proteger e fazer crescer o patrimônio pelas próximas décadas.

O parceiro ideal é aquele cuja filosofia de investimento espelha essa visão de perenidade, demonstrando um foco inabalável na preservação de capital e uma aversão a modismos.

Em síntese, a jornada para a sustentabilidade é pavimentada com a disciplina de focar no essencial: comprar ativos de qualidade com margem de segurança, construir uma fonte de renda passiva e alinhar-se a parceiros que compartilhem da mesma visão de longo prazo. Essa é a arquitetura de uma carteira feita para durar.



GESTÃO DE RISCO NO RPPS: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS

Por Henrique Cordeiro

A gestão de risco aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) é essencial para assegurar a solvência e a sustentabilidade de longo prazo dos fundos previdenciários públicos. Risco pode ser definido como a possibilidade de eventos que afetem negativamente os objetivos da instituição. No campo financeiro, representa a incerteza em relação aos retornos futuros de investimentos, condicionada por variáveis de mercado, crédito e liquidez.

O processo de gestão de risco estrutura-se em etapas cíclicas: identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação. Essas fases, quando devidamente integradas, permitem não apenas mitigar perdas potenciais, mas também fortalecer a governança institucional.

No contexto legal e institucional, a gestão de risco está vinculada ao compliance e à manutenção da integridade organizacional. A atuação do profissional de risco deve convergir para a preservação patrimonial e o cumprimento de normas regulatórias, reforçando a confiança social no sistema previdenciário.

Estruturas como conselhos fiscais e deliberativos e comitês de investimento funcionam como instâncias de supervisão, fiscalização e apoio à decisão. Elas reforçam a transparência e reduzem riscos de falhas operacionais, desvios de conduta e descumprimento de normas.

Em cenário no qual a confiança social é indispensável, o fortalecimento dessas estruturas atua como barreira contra riscos legais, reputacionais e de governança.

Entre os riscos mais relevantes no aspecto financeiro destacam-se: (i) mercado, associado às variações de preços de ativos; (ii) crédito, decorrente da inadimplência de contrapartes; (iii) liquidez, ligado à incapacidade de converter ativos em caixa em condições adequadas.

A mitigação exige o emprego de ferramentas quantitativas (desvio padrão, volatilidade, Value at Risk) e estratégias qualitativas (diversificação, hedge, gestão integrada de riscos). Complementarmente, testes de estresse e análises de cenários contribuem para mensurar a resiliência das carteiras frente a choques exógenos.

Um ponto de reflexão merece destaque: em um cenário de incertezas constantes, a ausência de gestão estruturada não elimina o risco, mas, paradoxalmente, o amplia. Afinal, não se trata apenas de proteger o patrimônio, mas de escolher conscientemente os riscos que o RPPS está disposto a assumir.

Essa perspectiva desloca a gestão do campo defensivo para uma atuação estratégica, em que assumir riscos calculados pode ser tão importante quanto mitigá-los.

Ou seja, a gestão de risco no RPPS não visa eliminar incertezas, mas assegurar equilíbrio entre retorno e preservação da segurança atuarial e financeira. Trata-se de processo dinâmico, técnico e estratégico, que representa um dos pilares da governança previdenciária contemporânea.



OS DESAFIOS DA META ATUARIAL E O PAPEL DOS INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

A meta atuarial é um alvo mínimo de rentabilidade que busca garantir o equilíbrio entre ativos e passivos. Um objetivo importante, mas exigente, sobretudo em um ambiente econômico volátil como o brasileiro. Em alguns momentos, alcançá-la parece simples, sobretudo em fases de domínio da renda fixa. Porém, não basta apenas bater o retorno: é necessário fazê-lo com uma carteira diversificada, resiliente e dentro dos limites de risco estabelecidos pelas políticas de investimento.

O desafio aumenta diante das limitações do mercado doméstico. A concentração setorial, a elevada correlação entre ativos locais e a influência do cenário político e monetário reduzem as alternativas de diversificação real. Isso torna mais difícil conciliar rentabilidade com volatilidade controlada, sem renunciar à consistência necessária para atingir a meta atuarial.

As NTN-Bs, por exemplo, são frequentemente utilizadas nessa busca. Embora funcionem bem em períodos de juros reais elevados, como o atual, carregam riscos relevantes: a normalização das taxas e a volatilidade dos juros podem comprometer resultados, sobretudo em carteiras excessivamente concentradas nestes ativos.

Por isso, diversificar é indispensável. Diante das restrições do mercado local, o investimento internacional surge como solução estratégica. Ele amplia o leque de possibilidades, desde títulos soberanos e crédito privado de economias desenvolvidas até ativos de maior risco, como ações globais.

Mais do que ampliar o cardápio, investir no exterior traz desconexão com o Brasil, melhorando o risco-retorno do portfólio.

Mercados como Estados Unidos, Europa e Ásia oferecem, ainda, acesso a setores pouco representados no Brasil, como tecnologia, saúde e inovação.

Ademais, ativos globais funcionam como proteção em períodos de estresse doméstico, reduzindo a volatilidade da carteira fator crucial para garantir previsibilidade, tão crucial ao atingimento da meta atuarial.

É claro que investir no exterior exige cuidados: gestão do risco cambial, compreensão regulatória e seleção criteriosa de gestores são essenciais. Porém, esses desafios são plenamente superáveis com governança sólida e apoio de parceiros especializados.

Portanto, ao enfrentar o dilema de bater a meta atuarial mantendo a carteira consistente, não se limitar ao mercado doméstico é uma boa alternativa. Contar com parceiros com expertise tanto local quanto global faz toda a diferença, por unir os mercados internacionais às particularidades do ramo previdenciário brasileiro, transformando o desafio que é investir no exterior em oportunidade.

No fim das contas, diversificar é uma necessidade, não uma opção, e há um mundo a ser explorado – literalmente.





23º CONGRESSO
PREVIDENCIÁRIO
DA APEPREV



POR QUE ESTRUTURAR UM FUNDO DE AÇÕES COM FOCO EM SUSTENTABILIDADE?

Por que eleger a governança como ponto de partida na análise de empresas? Por que engajar empresas para que elas estabeleçam políticas críveis de redução de emissões de gases efeito estufa? Todas essas respostas, nós da Sicredi Asset buscamos responder ao longo de nossas cartas trimestrais publicadas em nosso site. De modo simples e direto: fazemos isso porque acreditamos em todos esses conceitos e temos convicção de que eles têm o poder de aumentar a rentabilidade, a previsibilidade e a sustentabilidade das empresas que investimos.

Além disso, como integrantes de um sistema cooperativo e inseridos dentro da estratégia de sustentabilidade do Sicredi, temos a responsabilidade de monitorar a evolução e os impactos que a gestão de investimentos exercem nas emissões financiadas do sistema.

Os eventos climáticos que ocorreram ao longo dos últimos anos, em especial as enchentes que assolaram o estado do RS, reforçam nossa visão sobre a importância da análise ESG que busca reconhecer medidas que mitiguem riscos e impactos socioambientais.

Os níveis assustadores das temperaturas médias ao redor do mundo deveriam soar como alertas importantes para que cada vez mais investidores considerem estratégias de redução das emissões de GEE nos seus investimentos.

Por isso, bancos, seguradoras e gestoras de recursos possuem papel fundamental nessa jornada. Essas instituições são indiretamente responsáveis pelas emissões de GEE que ocorrem em sua cadeia de valor.

Num exemplo prático, ao conceder crédito para a compra de um veículo ou para o custeio de uma produção agrícola, a instituição financeira tem uma parcela de responsabilidade sobre as emissões futuras provenientes daquela atividade ou pela utilização de determinado ativo.

Considerando, por exemplo, a grandeza da carteira de bancos e cooperativas de crédito e sua inerente capacidade de alavancagem financeira, fica fácil entender o tamanho do impacto e da responsabilidade que as instituições financeiras possuem sobre as emissões que financiam.

Já para os gestores de recursos, a responsabilidade sobre as emissões financiadas das empresas investidas pode ser considerada ainda mais direta. A cobrança e vigilância dos investidores é o motor principal para o alinhamento das externalidades positivas que beneficiarão tanto a empresa quanto o investidor.

Tal entendimento é fundamental para que essa ferramenta de redução das emissões por meio do engajamento com investidas obtenha sucesso. A participação ativa dos investidores é, portanto, não apenas desejável, mas indispensável para promover um futuro mais sustentável.



POUPANÇA DE LONGO PRAZO COMO ALAVANCA PARA A INFRAESTRUTURA NACIONAL

Por José Guilherme Cruz Souza e Rodrigo Rocha

A sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) exige estratégias de alocação que conciliam segurança, retorno real e horizonte de longo prazo. Os investimentos em infraestrutura se caracterizam como uma oportunidade estratégica para alinhar os objetivos de ganho à necessidade de financiamento para projetos estruturantes no Brasil.

Esses ativos possuem características que os tornam diferenciados e atrativos: são ligados a serviços essenciais, nichos que se beneficiam de sensibilidade à demanda mais inelástica. Além disso, usualmente suas receitas vêm de contratos de longo prazo, geralmente indexados ao IPCA, o que protege contra a corrosão inflacionária.

Ao longo de sua vida operacional, via de regra, os ativos de infraestrutura possuem margens operacionais altas, e necessidade de reinvestimento relativamente baixa, permitindo boa visibilidade e regularidade no pagamento de dividendos. Sobre a gestão de portfólio, estudos demonstram que a alocação em infraestrutura melhora a relação risco-retorno, oferecendo retornos sólidos com menor volatilidade em comparação às rendas variável e fixa.

O Brasil carece de investimentos em infraestrutura, enquanto a capacidade de aporte do setor público permanece limitada. Essa lacuna abre espaço para a atuação do capital privado em projetos de impacto econômico e social. Para RPPS e EFPC, representa a possibilidade de unir retorno financeiro, responsabilidade social e sustentabilidade intergeracional, atuando como protagonistas de um processo de modernização indispensável ao desenvolvimento nacional.

Investir em infraestrutura é investir no futuro do Brasil, e é justamente nesse propósito que a Vinci Compass baseia sua atuação local.

Com fundos dedicados a energia renovável, saneamento básico e transportes, a Vinci Infraestrutura vem por mais de duas décadas direcionando recursos para setores que transformam realidades, elevando a qualidade de vida da população e desenvolvendo o país.

Nossos veículos de investimento combinam sólido retorno financeiro com impacto social e ambiental positivos e mensuráveis, reforçando a visão de que rentabilidade e responsabilidade caminham juntas. Ao conectar poupança previdenciária a investimentos em Infraestrutura, a Vinci se posiciona como parceira estratégica para aqueles que desejam unir retorno financeiro de longo prazo, crescimento sustentável e legado social.

Assim, direcionar a poupança de longo prazo para a infraestrutura não é apenas uma decisão eficiente sob a ótica da diversificação de portfólios, mas também um compromisso com o futuro. Ao mesmo tempo em que reforçam a solvência previdenciária, esses investimentos contribuem para construir as bases de um crescimento econômico duradouro, com propósito e alinhado às necessidades do país.



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026: PASSO A PASSO PARA TRANSFORMAR INTENÇÃO EM SEGURANÇA

Se você quer um processo de investimentos seguro, comece pelo começo: uma Política de Investimentos viva, clara e acionável. Sem isso, seu Comitê trabalhará a partir do improviso. Com isso, a decisão vira um ritual: previsível, auditável e alinhado ao seu passivo.

Por isso, trazemos abaixo os 7 passos para a Política perfeita:

- Comece pelo passivo (ALM): Mapeie fluxo de benefícios, metas atuariais, sazonalidade de caixa e tolerância a risco. Isso define quanto de liquidez precisa, quando e por quanto tempo você pode imobilizar recursos.
- Traduza o objetivo em metas mensuráveis: Deixe clara a meta que será perseguida, explore os benchmarks por segmento. Objetivo sem régua é opinião. Objetivo com régua é gestão.
- Desenhe a alocação com bandas e o gatilho de rebalanceamento: Defina limites mín/máx por segmento/modalidade e escreva o procedimento: quem monitora, quando rebalanceia, como prioriza compras/vendas. Tire o “depende” da mesa.
- Formalize o processo decisório: Quem propõe, quem delibera, quem executa. Periodicidade de reuniões, pauta mínima (cenário, caixa, riscos, propostas), atas e prazos. Isso afasta sua equipe do erro grosseiro.
- Selecione e monitore terceiros com critério: Credenciamento isonômico, due diligence documentada, métricas de risco e entregáveis periódicos (carteira, aderência a limites, compliance). Não use a transparência como vitrine, mas como controle de risco.
- Escreva o capítulo de riscos e vedações em linguagem simples: Crédito, mercado, liquidez, operacional e jurídico: métricas, limites, frequência. Deixe cristalino o que pode, o que não pode, além de um plano de contingências completo.
- Feche o ciclo com reporte e revisões: Publicar, prestar contas, revisar hipóteses e ajustar a alocação ao cenário. Defina uma periodicidade de revisão das regras.

Por que isso funciona? Porque reduz ruído, encolhe o espaço para vieses e aumenta a confiabilidade das decisões. Seu comitê trocará o palpite por critérios previamente acordados. E ganha algo raro: previsibilidade com responsabilidade.

Agora, mãos à obra! Abra um documento e escreva: Propósito, ALM, Metas, Alocação com Bandas, Processo Decisório, Riscos & Vedações, Seleção de Terceiros, Reporte e Revisão. Uma página por tópico. Direto. Objetivo. Executável.

Discuta as regras quantas vezes forem necessárias com todos e cada um dos membros do Comitê de Investimentos. A Política de Investimentos é seu escudo contra improvisos e o atalho para a conformidade. Quer um processo seguro? Comece por ela. Agora.





23º CONGRESSO
PREVIDENCIÁRIO
DA APEPREV



IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO EQUILIBRADO E PROFISSIONAL DO RPPS

Por Vitor Morales

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) enfrentam desafios complexos, especialmente devido ao envelhecimento populacional, ao desequilíbrio crescente entre servidores ativos e inativos e à necessidade de uma gestão eficiente dos recursos financeiros. Esses fatores tornam o planejamento financeiro e a gestão profissional de investimentos essenciais para garantir a solvência, a sustentabilidade atuarial e a perenidade dos regimes previdenciários.

O envelhecimento demográfico, com aumento da expectativa de vida e queda na taxa de natalidade, eleva a razão de dependência previdenciária — há mais beneficiários e menos servidores ativos contribuindo.

Esse quadro se agrava pela redução do ingresso de novos servidores públicos via concursos, limitando a base de financiamento dos RPPS. Assim, pressiona-se os fluxos financeiros, exigindo projeções atuariais precisas e planejamento rigoroso para equilibrar receitas e despesas futuras.

Nesse contexto, a gestão profissional de investimentos assume papel estratégico. A complexidade dos mercados e a especificidade dos RPPS demandam equipes técnicas qualificadas para analisar ativos, riscos e horizonte temporal das obrigações.

A gestão profissional possibilita selecionar investimentos alinhados aos objetivos atuarial e financeiro, promovendo diversificação, mitigação de riscos e maximização de retornos. É fundamental também considerar cenários econômicos adversos, como cortes nas taxas de juros.

Com a redução das taxas, a rentabilidade dos investimentos tradicionais, especialmente em renda fixa, tende a diminuir, afetando a capacidade dos RPPS de gerar os retornos necessários.

Isso exige maior diversificação da carteira, incluindo ativos com maior potencial de retorno, e estratégias dinâmicas que garantam liquidez e segurança.

Além disso, a gestão profissional permite adaptação constante às mudanças macroeconômicas e regulatórias, aumentando a resiliência do portfólio e preservando o capital.

A avaliação contínua do desempenho dos ativos, ajustes na carteira e cumprimento das normas legais e de governança são essenciais.

Os benefícios da gestão profissional qualificada incluem maior previsibilidade dos resultados financeiros, mitigação dos riscos, transparência na administração dos recursos e fortalecimento da confiança dos servidores e órgãos fiscalizadores.

Dessa forma, contribui-se decisivamente para a sustentabilidade atuarial e financeira dos RPPS, mesmo diante dos desafios demográficos, institucionais e econômicos.

Em resumo, o planejamento financeiro aliado a uma gestão profissional técnica é crucial para que os RPPS superem os desafios atuais, garantindo a estabilidade e longevidade dos regimes previdenciários públicos.

O CENSO PREVIDENCIÁRIO COMO PILAR DE UMA BOA ADMINISTRAÇÃO NOS RPPS

A boa administração de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) passa, necessariamente, pela qualidade das informações que embasam as decisões de seus gestores. Nesse cenário, o censo previdenciário se destaca como um dos pilares fundamentais para assegurar eficiência, transparência e sustentabilidade ao sistema.

Mais do que uma exigência normativa, o censo é um instrumento de gestão que orienta a realidade do regime. Ele permite atualizar cadastros, corrigir inconsistências e conhecer, com precisão, o perfil dos segurados.

A realização do censo não se limita a coletar dados. Seu verdadeiro impacto está em oferecer base sólida para planejamento e governança. Com informações confiáveis, é possível:

- Garantir equilíbrio atuarial: cálculos precisos dependem de dados atualizados sobre idade, tempo de contribuição e perfil da massa de segurados.
- Prevenir fraudes e irregularidades: atualização cadastral reduz riscos de pagamentos indevidos e fortalece a segurança jurídica.
- Dar transparência à gestão: servidores e sociedade acompanham a seriedade do trabalho realizado, aumentando a confiança no RPPS.
- Apoiar decisões estratégicas: gestores passam a contar com informações concretas para definir políticas de custeio, investimentos e medidas de sustentabilidade.

Para além da gestão administrativa, o censo é também uma forma de respeito ao servidor. Ele garante que aposentadorias e pensões sejam concedidas de forma correta, segura e tempestiva, evitando atrasos ou problemas futuros.

Assim, o segurado passa a enxergar o RPPS como uma instituição confiável e preparada para cumprir seu papel de proteção.

Em um cenário de crescentes desafios para os regimes próprios, o censo previdenciário se consolida como um verdadeiro alicerce de boa administração. Ele promove transparência, assegura sustentabilidade financeira e fortalece a confiança entre gestores e segurados.

Investir em um censo bem estruturado é, portanto, investir na perenidade do sistema e na valorização do servidor público. Afinal, não há gestão previdenciária eficiente sem informação confiável, e é o censo que transforma esse princípio em realidade.



EMENDA CONSTITUCIONAL NO. 136 (PEC66)

Por Sirlei Rechetelo

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, de autoria do Senado Federal e com forte articulação da Confederação Nacional de Municípios (CNM), teve um avanço significativo na Câmara dos Deputados.

A PEC 66/2023, que já havia sido aprovada em dois turnos no Senado em 2024, chegou à Câmara dos Deputados e passou por diversas etapas de tramitação, incluindo análise na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão Especial.

No dia 15 de julho de 2025, a Câmara dos Deputados aprovou a PEC 66/2023 em dois turnos, com 404 votos favoráveis. A proposta foi relatada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e recebeu importantes alterações em relação ao texto original do Senado. Entre as mudanças, destacam-se:

- A substituição da Selic pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) com juros de 2% ao ano como novo indexador das dívidas de precatórios.
- O pagamento dos precatórios poderá ser limitado a 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) e parcelado em até 300 meses, com correção pelo IPCA e juros de até 4% ao ano.
- Novo prazo para parcelamento especial dos débitos de Estados, Municípios e DF com seus respectivos regimes próprios de previdência social.
- Modificação da data limite para a apresentação dos precatórios transitados em julgado, para que sejam incluídos no orçamento e pagos até o final do ano seguinte.
- O PASEP não mais incidirá sobre as receitas dos RPPSs.
- Não haverá mais a obrigatoriedade da imposição das regras da Reforma Previdenciária da União para os Estados e Município.

Com as alterações feitas pela Câmara, a PEC retornou ao Senado Federal no dia seguinte, 16 de julho para análise e votação. Nesta mesma data foi aprovada em 1º turno com 62 votos favoráveis e 04 contrários, tendo sido a tramitação suspensa até o final do recesso.

Incluída no Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 02 de setembro último, tendo sido aprovada em 2º turno 71 votos favoráveis, 02 votos contrários.

Foi convocada Sessão Solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional que aconteceu nesta terça-feira, 9 de setembro, quando recebeu o nome de EMENDA CONSTITUCIONAL No. 136.



PLANO DE CUSTEIO DIFERENCIADO POR CARREIRA

O Plano de Custeio Diferenciado por Carreira é uma proposta de gestão que tem como objetivo tornar mais justo e sustentável o sistema de previdência dos servidores públicos municipais. Ele se baseia em uma ideia simples, mas eficaz: nem todos os grupos de servidores têm o mesmo custo para o regime de previdência, portanto, suas contribuições também não deveriam ser iguais.

Atualmente, em muitos municípios, o cálculo das contribuições patronais é feito de forma unificada, como se todos os servidores tivessem as mesmas condições de aposentadoria e causassem o mesmo impacto financeiro ao sistema. Porém, isso não é verdade. Um bom exemplo é o magistério. Professores e professoras têm direito à aposentadoria com idade reduzida — 50 anos para mulheres e 55 para homens — o que significa que receberão o benefício por mais tempo do que outros servidores. Isso aumenta consideravelmente o custo atuarial desse grupo.

Como o plano funciona?

Com o custeio diferenciado, são feitos estudos atuariais que calculam separadamente o custo de cada carreira. Assim, o município pode aplicar alíquotas patronais distintas para cada grupo, de acordo com o impacto real que representam. Isso permite uma distribuição mais justa dos recursos e maior equilíbrio financeiro para o sistema previdenciário como um todo.

Quais são os benefícios?

- **Justiça contributiva:** Cada grupo de servidores passa a contribuir de forma proporcional ao custo que gera. O magistério, por exemplo, com custo maior, teria uma alíquota patronal diferenciada, sem que isso afete negativamente os demais servidores.

- **Uso de recursos da educação:** A segmentação permite que o município utilize recursos do FUNDEB para pagar a parte patronal das contribuições referentes ao magistério, o que é permitido pela legislação educacional. Isso alivia o orçamento do município e fortalece o financiamento da previdência.
- **Transparência e controle:** Com os dados separados por uma visão mais clara do impacto financeiro de cada grupo. Isso melhora a tomada de decisão, o planejamento de longo prazo e a transparência das contas públicas.
- **Sustentabilidade do RPPS:** Ao adequar as alíquotas ao custo real, o regime próprio de previdência social (RPPS) se torna mais equilibrado e preparado para garantir os benefícios no futuro, evitando déficits crescentes e possíveis crises financeiras.

Já é uma prática adotada?

Sim. Diversos municípios brasileiros já adotaram esse modelo com sucesso. Os resultados incluem maior controle financeiro, aproveitamento de fontes de recurso como o FUNDEB e redução no déficit atuarial.

O plano de custeio diferenciado por carreira não altera direitos dos servidores, nem muda regras de aposentadoria. Ele apenas organiza melhor as contas, respeitando as diferenças entre os grupos e promovendo uma gestão mais técnica, justa e eficiente. É uma ferramenta moderna para garantir que o sistema previdenciário continue cumprindo seu papel com responsabilidade e segurança.





A Organização Ibero-Americana de Seguridade Social (OISS) é um organismo internacional, de caráter técnico e especializado, que tem como finalidade promover o bem-estar econômico e social dos países ibero-americanos e de todos aqueles que estão vinculados pelos idiomas espanhol e português, por meio da coordenação, intercâmbio e aproveitamento de suas experiências mútuas em Seguridade Social e, em geral, no âmbito da proteção social.

A OISS tem seus primeiros antecedentes no I Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social realizado em Barcelona em 1950, onde foi criada uma Secretaria de apoio a congressos futuros que recebeu o nome de Comissão Ibero-Americana de Seguridade Social. Contudo, foi no II Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social realizado em Lima (Peru) em 1954, com a presença da maioria dos países da Região juntamente com representantes da OIT, OEA e AISS, que foi aprovada a “Carta Constitucional da OISS”. A partir dessa data, a Organização iniciou suas atividades com uma estrutura transitória e estatutos provisórios, que foram aprovados no III Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social, realizado em Quito, Equador, em novembro de 1958; consolidando-se, desde então, como um Organismo Internacional, que tem evoluído ao longo do tempo para responder, em cada momento histórico, às necessidades existentes no âmbito da Seguridade Social e fornecer a mais estreita e eficaz colaboração às instituições que a integram.

Objetivos OISS

- Promover a universalização da Seguridade Social.
- Colaborar no desenvolvimento e melhoria dos sistemas de Seguridade Social.
- Atuar como centro de informação e coordenação de experiências.
- Capacitar profissionais das Instituições de Seguridade Social.
- Fomentar o estudo, pesquisa e aperfeiçoamento dos sistemas de Seguridade Social.
- Facilitar o intercâmbio de experiências e acordos entre países membros.
- Propor assistência técnica e social entre os países membros.
- Apoiar programas de cooperação e desenvolvimento em proteção social.
- Manter relações e cooperação com outros organismos internacionais.
- Promover normas internacionais que favoreçam a coordenação dos sistemas de Seguridade Social.
- Organizar o Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social.



ACESSE O SITE



Obay Park Aquática
Resort Hotel



HOSPEDE-SE CONOSCO

CONFORTO E HOSPITALIDADE
EM UMA LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA

HOTEL NIKKO
CURITIBA

ACESSE WWW.HOTELNIKKO.COM.BR

FALE CONOSCO (41) 2105-1808

Para deixar tudo ainda mais completo, garanta sua estadia com o

Grand Carimã
RESORT & CONVENTION CENTER

- Quartos amplos
- Piscinas cobertas e ao ar livre
- Espaços kids
- Recreação para todas as idades (trapézio, arco e flecha, escalada e muito mais!)



Diretoria

Márcio Oliveira Apolinário

Presidente
Município de Jussara

Edirlene Rodrigues Milharesi

Vice-Presidente
Município de Loanda

Paulo Sérgio Bernardino de Oliveira

1º Secretário
Município de Sarandi

Mary Stela da Silva Bogarim

1º Tesoureiro
Município de Campo Tenente

Patricia Schedolsky Molenda

2º Tesoureiro
Município de São Mateus do Sul

Marcus Evandro Giarola

Procurador Jurídico
Município de Atalaia

Ivan Carlos Cunha Fernandes

Coordenador de Eventos
Município de Ângulo

Luiz Carlos Milharesi

Assessor Jurídico
Município de São Pedro do Paraná

Maria Silvana Barbosa Frigo

Assessora da Presidência
Município de Maringá

Sheila Cristina da Silva

Secretária Executiva
Município de Jandaia do Sul



Diretoria Regional

Walter Franzoi

Município de Cafelândia

Alisson Rodrigo de Oliveira

Município de Imbituva

Alessandra de Oliveira Cabral Gomes

Município de Maringá

Sonia Cristani

Município de Nova Prata do Iguaçu

Denise Constante da Silva Freitas

Município de Umuarama

Adelaide da Cruz

Município de Querência do Norte

Marilda da Silva Barbosa

Município de Reserva do Iguaçu

Roseli Fabris Dalla Costa

Município de Toledo

Conselho Fiscal

Alexandro de Marque

1º Titular

Município de Medianeira

Márcia Regina de Campos

2º Titular

Município de Turvo

Andreia Cristina da Silva

3º Titular

Município de Cambé

Adriana Maia Albini

1º Suplente

Município de Paranaguá